

MAB 30 anos de lutas

A FORÇA DOS ATINGIDOS E ATINGIDAS



MAB 30 anos de lutas

A FORÇA DOS ATINGIDOS E ATINGIDAS



Expediente

Esta é uma publicação do

Movimento dos Atingidos por Barragens

Coordenação: **Coletivo de Comunicação do MAB**

Redação: **Marcelo Aguilar**

Edição: **Claudia Rocha**

Diagramação: **Michele Gonçalves**

Arte capa: **Gabrielle Sodré**

Secretaria Nacional - São Paulo - **Novembro de 2021**

Sumário

Editorial	06
Anos 80	14
Anos 90	19
Anos 2000	22
Anos 2010	26
Coletivos	30
Mulheres	
Ciranda	
LGBT	
Articulações e alianças	40
MAR	
POCAE	

EDITORIAL

Atingidos por barragens

Da barranca dos rios às metrópoles urbanas, do Brasil para a América e o mundo



Foto: Arquivo MAB

Antes mesmo do MAB existir enquanto movimento nacional, as famílias atingidas por barragens já lutavam por seus direitos. As barragens sempre causaram tensão e sofrimento para a maioria dos atingidos e atingidas. Em muitos casos, terras e moradias foram alagadas, comunidades destruídas e vidas sacrificadas sem o mínimo de reparação e justiça.

Ao mesmo tempo, o Brasil construía um setor elétrico moderno, integrado em praticamente to-

do o país, com matriz baseada na água dos nossos rios, com custos de geração muito baixos e alto grau de eficiência para a lógica do capital: com acumulação de riqueza nas mãos de poucos. Os grandes empresários lucravam com a venda de máquinas e equipamentos, cimento, ferro, e ainda desfrutavam do uso da energia com menor custo, muitas vezes subsidiado por quem pagava mais caro: pequenos empresários, comerciantes e as famílias brasileiras.

fortalecia o crescimento do MAB, surgiam novos desafios, cada vez mais complexos e crescentes.

Com o fim da ditadura e a chegada de um governo neoliberal, vieram as privatizações e o maior empoderamento das empresas privadas que, se antes estavam prestando serviço e usufruindo do Estado Nacional, passaram também a donas das barragens, das linhas de transmissão, das distribuidoras de energia, do Operador Nacional do Sistema, da Agência Nacional de Energia Elétrica. Se apropriaram de tudo. A energia produzida passa a ser controlada por empresas privadas que exploram o trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras e os nossos recursos naturais.

Em um pequeno espaço de tempo entre o final da ditadura militar e o início dos anos 90, fruto de muitas lutas e enfrentamentos heróicos dos atingidos e atingidas contra empresas e governos, o Movimento dos Atingidos por Barragens foi se constituindo em todo o Brasil enquanto conseguia vitórias em muitas regiões, com indenizações mais adequadas e projetos de reassentamentos de boa qualidade. Ao mesmo tempo em que a luta garantia conquistas e

Este novo agente poderoso no processo de um setor tão estratégico desequilibrou totalmente as relações entre as populações atingidas e os governos de plantão, que passaram a servir

Foto: Marcelo Aguilar



Foto: Joka Madruga



aos novos senhores: grandes empresários e o capital financeiro nacional e internacional. Organizados em associações de vários tipos como as patronais, grupos empresariais e fundos especulativos, se apropriam como parasitas dos frutos do trabalho dos trabalhadores, e passam a utilizar vários mecanismos de coação e exploração contra as populações atingidas, trabalhadores do setor elétrico, pequenos consumidores de energia e empresas do Estado Nacional.

Em resistência à brutal violência cometida pelas empresas do setor contra os direitos, os atingidos tiveram que ampliar ainda mais a atuação que, isolada, perseguida e criminalizada nas barrancas dos rios, necessitava buscar nas áreas urbanas o crescimento e a materialização de sua resistência ativa. A luta ampliou de caráter, foi e continua sendo necessária a articulação com os

trabalhadores das diversas categorias do setor de energia, com os consumidores das cidades, e demais organizações que não aceitam a exploração e a destruição das condições mínimas de vida da maioria da população para enriquecimento predatório de uma minoria de endinheirados e sua lógica destrutiva.

Carregamos a ideia forte e necessária de que, além dos direitos dos atingidos, lutamos por um Projeto Energético Popular e uma pátria justa e igualitária para todos e todas. Esse é o grande desafio histórico das populações atingidas por barragens em nosso país e internacionalmente, sempre na defesa de um alto grau de desenvolvimento humano e uma adequada sustentabilidade ambiental.

Ao apresentar esta publicação em 2021, ano em que celebramos os 30 anos de lutas do MAB, podemos afirmar que todos estes anos

de organização, resistência e persistência, fizeram do MAB um movimento vitorioso, com um passado glorioso e um futuro próspero e promissor.

Somente pelo fato de existirmos, persistirmos e permanecermos em ampliação por todo o país e pelos principais centros urbanos onde estamos organizados, bem como constituirmos uma organização de caráter internacional junto a muitas outras experiências similares em dezenas de países na América, África e Europa, mostramos determinação, intencionalidade e o altivo espírito de milhares de militantes, lutadores e lutadoras do nosso povo.

Que esta publicação escrita após mais de três décadas de luta nos estimule a seguir cada vez mais firmes e decididos, pois sabemos que a única luta que se perde é aquela que se abandona. E nós decidimos que iremos seguir.

**Vida longa
ao MAB,
esta pátria
será livre
e nós
venceremos!**

Temos a certeza de que a água e a energia devem ser para a soberania da nação, com distribuição da riqueza e controle popular. •



Foto: Leonardo Silva

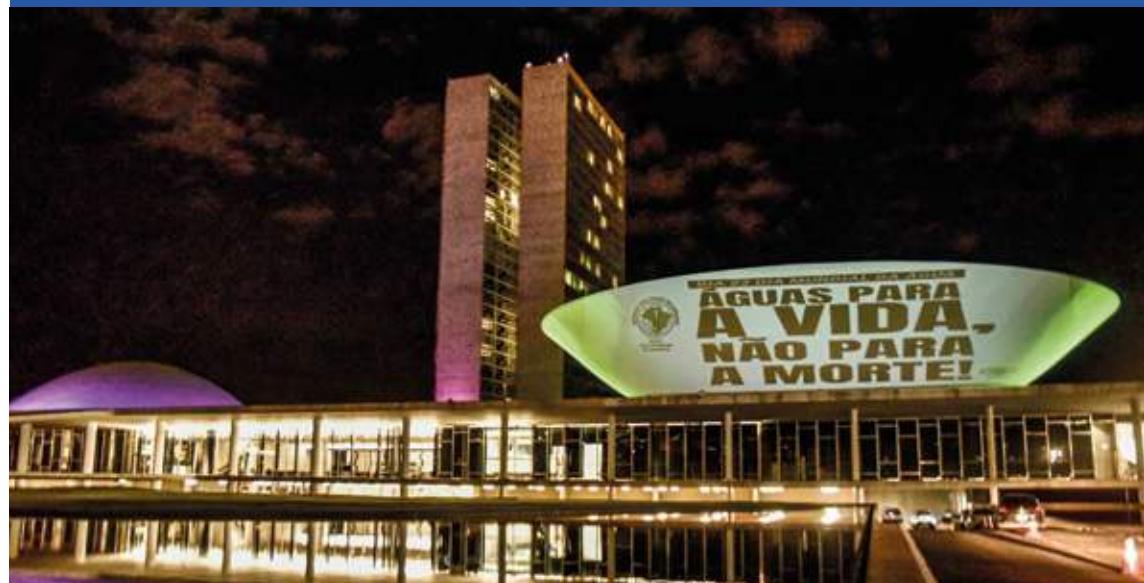


Foto: Thiago Sabino

Só a luta garante nossos direitos



Foto: Arquivo MAB

A história da longa caminhada dos atingidos e atingidas por barragens

O Movimento dos Atingidos por Barragens completa 30 anos, fundado oficialmente em 1991, no I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens em Brasília. Apesar da data oficial, a história do MAB tem raízes mais profundas. É por isso que a organização deste resumo histórico começa na década de 80. Sabemos que seriam necessárias muitas outras páginas para destrinchar de forma detalhada a vasta história de organização e resistência das populações atingidas, mas propomos este percurso pelos principais momentos da história da organização a partir de documentos do movimento e também com as valiosas pesquisas do professor Carlos Vainer. •

Anos 80

Terra sim, barragem não!

Ecoam os gritos das lutas regionais

Os grandes projetos hidrelétricos no Brasil surgiram como resultado do modelo de desenvolvimento da Ditadura Militar (1964-1985). As barragens eram usadas como símbolo da potência do país e do regime, essas grandes obras expulsaram dezenas de milhares de pessoas de seus territórios.

A visão dominante à época não contemplava a ideia do conceito de “atingido”, apenas quem era proprietário de terra é que possuía alguma margem para a conquista

da reparação. Não eram reconhecidas as pessoas, mas, sim, as propriedades. Os atingidos tiveram que lutar pelo reconhecimento enquanto sujeitos de direitos.

No final dos anos 70 e início dos 80, três grandes movimentos começaram a se organizar, cada um a sua maneira, para resistir e travar lutas com dois objetivos centrais que aquele momento exigia: reconhecimento e terra.

Na região Sul do Brasil, na bacia do Rio Uruguai, surge uma das principais organizações de luta que, anos depois, resultou na construção do MAB: a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB). Fundada em abril de 1979, foi a primeira experiência de organização e mobilização anterior à construção de uma barragem. A Eletrobrás projetava construir 22 hidrelétricas na bacia do Uruguai, que poderiam expulsar cerca de 200 mil pessoas, e essa proje-

ção foi o estopim para o avanço da luta na região.

Da época datam algumas das palavras de ordem mais marcantes da história do movimento, como a **“Terra sim, barragem não”**, maior síntese das lutas da década, que declarava o enfrentamento aberto à construção de barragens e a reivindicação por terras para viver e trabalhar.

Outro exemplo é o impactante lema **“Águas para vida, não para morte”**, utilizado pela primeira vez em fevereiro de 1983, como tema da Romaria da Terra no município de Carlos Gomes, no Rio Grande do Sul, que reuniu mais de 20 mil pessoas. Anos depois, essa frase se transformaria em um dos gritos de ordem do Movimento de Atingidos por Barragens. •

Foto: Douglas Mansur



Foi uma época de “ação direta”, e a radicalização do movimento criou importantes obstáculos políticos para a execução dos projetos. Isso acabou obrigando a Eletrosul a firmar um acordo em 1987 em relação às barragens de Itá e Machadinho. Foi um fato histórico, já que foi a primeira vez que os atingidos conseguiram que uma empresa reconhecesse a organização como interlocutor válido, barrando assim as negociações individuais e conquistando reassentamentos coletivos.

Na Região Norte, as comunidades atingidas pela hidrelétrica de Tucuruí, construída no Rio Tocantins e que deslocou mais de 25 mil pessoas, se organizaram no Movimento dos Expropriados pela Barragem de Tucuruí, fundado em 1981, que lutou para exigir da Eletronorte indenizações justas, terra e reassentamento. E conseguiu. As famílias organizaram massivos acampamentos em

frente à empresa, e chegaram a viajar até Brasília para reivindicarem seus direitos, conquistando reassentamentos e indenizações.

Na região Nordeste, a população do Vale do São Francisco sofreu com os graves impactos da construção da barragem de Sobradinho, inaugurada em 1982. Invocando a trágica situação dos atingidos pela barragem, uma articulação intersindical começou a se organizar com reivindicações sobre: terra por terra na margem do lago, abastecimento de água nas casas e nos lotes, indenizações justas das benfeitorias frente à negativa da empresa. Cerca de 6 mil pessoas ocuparam o canteiro de obras em 1985, e novamente em dezembro de 1986, o que gerou impacto nacional. As obras foram paralisadas até a assinatura de um acordo que garantiu terra por terra, 2,5 salários mínimos até o início da produção e participação dos trabalhadores

Pela primeira vez, uma empresa reconheceu uma organização de atingidos como interlocutor válido, barrando assim as negociações individuais e conquistando reassentamentos coletivos.

na compra de terras e na administração do reassentamento.

Chegando ao final da década, com a ajuda de setores da Igreja Católica e do movimento sindical, a CRAB tomou a iniciativa de organizar, em abril de 1989, em Goiânia, o I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens. A ditadura militar já tinha acabado, uma nova constituição estava em vigor, mas o modelo energético implantado pela ditadura militar permanecia.

Após o evento, foi realizado um intenso trabalho em várias regiões do país para incentivar a organização de comissões regionais de atingidos. Assim, surgiram: no Pará, a Comissão Regional dos Atingidos pelo Complexo Hidrelétrico do Xingu (CRACOHX) e a Coordenação dos Atingidos por Barragem do Trombetas (CABT); em Rondônia, o Movimento dos Atingidos por Barragens de Rondônia (MABRO); em São Paulo, o Movi-

mento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira (MOAB); e no Paraná, a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguazu (CRABI).

A rica troca de experiências entre os atingidos vindos das diversas regiões do país demonstrava que, mesmo com caracte-

rísticas e formas de organização e ações diferentes, as comunidades atingidas lutavam contra o mesmo inimigo. Era necessário elaborar uma nova política para o setor elétrico com a participação da classe trabalhadora. Era necessário, portanto, construir um movimento de caráter nacional. •

Foto: Douglas Mansur



Anos 90

Águas para a vida, não para morte!

Nasce o movimento nacional

O primeiro Encontro Nacional de Atingidos foi o pontapé para a organização do I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens, realizado em março de 1991 em Brasília. Nascia assim, formalmente, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), tal como o conhecemos hoje: nacional, popular e autônomo. Para marcar a data, o dia da plenária final do Congresso, 14 de março, foi consagrado como o Dia Nacional de Luta Con-

tra as Barragens, sendo celebrado desde então em todo o país.

Nascido o movimento, era preciso unificá-lo e fortalecê-lo e, além disso, colocar com força na ordem do dia a profunda necessidade de construção e implantação de um novo modelo energético a serviço do povo e da nação, e não mais nas mãos do grande capital nacional e internacional. A crise econômica prolongada havia tornado impossível a realização dos planos de expansão do setor elétrico. Isso trouxe aspectos positivos, como a não construção de barragens, mas, também, em alguns casos, negativos, como a desmobilização do povo, que acreditava que as barragens deixariam de ser construídas, além do atraso na viabilização dos reassentamentos e indenizações, que as empresas justificaram pela falta de recursos, causando grandes prejuízos e sofrimentos aos atingidos.

A luta da época tinha como grande objetivo, então, forçar as empresas a cumprirem o acordado; ocupações, marchas e acampamentos foram necessários. O país vivia um forte avanço do processo neoliberal privatista, ao qual o setor elétrico não escapava. Aquele foi um momento muito duro, faltava dinheiro e a organização nacional impunha enormes desafios ao movimento. Mas, ao mesmo tempo, a legitimidade do MAB crescia e a organização se fortalecia.

Na década de 90 ocorreram, além do primeiro em Brasília, mais três congressos nacionais de atingidos. Em dezembro de 1993, realizou-se o II Congresso Nacional, que teve como uma das suas principais deliberações a necessidade de organizar um Encontro Internacional de Atingidos. Essa opção internacionalista marcou para sempre a história da organização e guia sua

Na década de 90, além do primeiro em Brasília, ocorreram outros três congressos nacionais de atingidos.

Foto: Douglas Mansur



atuação até os dias de hoje. Em dezembro de 1996, foi realizado em São Paulo o III Congresso Nacional, que reforçou o posicionamento do MAB frente ao setor elétrico e o Estado brasileiro, exigindo a participação da população no planejamento, decisão e execução da política energética.

Em 1997, foi realizado em Curitiba o I Encontro Internacional de Povos Atingidos por Barragens, que contou com a participação de delegações de 20 países, que aprovaram a “Declaração de Curitiba”, plataforma internacional de lutas dos atingidos, e que definiu o 14 de Março, agora, como o Dia Internacional de Luta contra as Barragens.

O IV Congresso, realizado em novembro de 1999 em Belo Horizonte, confirmou as diretrizes anteriores e definiu uma linha de combate contra as políticas neoliberais e o processo de privatização do setor elétrico. No encontro, o movimento avançou na elaboração das linhas gerais sobre o que poderia vir a ser um Novo Projeto Energético Popular para o Brasil, que atualmente é uma das principais bandeiras de luta do MAB. •

Anos 2000

Água e energia não são mercadorias!

Fortalecer a luta e ampliar o debate

O início da década trouxe ventos de esperança. A vitória de Lula na eleição presidencial de 2002, resultado de um amplo processo de luta popular, abriu um ciclo altamente significativo de transformação da realidade do país e das condições de vida do povo brasileiro, após vários anos de exploração neoliberal. Em junho de 2003, a capital federal sediou o V Encontro Nacional do MAB, cuja carta final reafirmou a importância do MAB e a luta popular organizada como o único instrumento capaz de obter conquistas concretas. Ainda nesse mesmo ano, em dezembro, foi realizado o II Encontro Internacional de Atingidos por Barragens, na Tailândia.

Um ano depois, em maio de 2004, o movimento realizou uma marcha histórica e inesquecível: a “Marcha Nacional Águas pela Vida”. Mais de 600 militantes de 15 estados do país caminha-



Leandro Silva

ram de Goiânia à Brasília para exigir do governo federal o cumprimento dos direitos dos atingidos. A manifestação questionou a política energética do governo brasileiro e apresentou alternativas para o setor. Esses anos foram determinantes para a construção do Projeto Energético Popular, dentro da consolidação do Projeto Popular para o Brasil.

A principal palavra de ordem daquela época passou a ser “**Água e energia não são mercadorias**”, consolidada após a realização do 6º Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens realizado com a presença de 1.200 atingidos e atingidas de todo o Brasil em março de 2006 em Curitiba. A frase condensa a noção fundamental de que água e energia

são bens essenciais para a vida e, portanto, devemos ter acesso a eles com qualidade e a preço justo. Essa noção contradiz a visão dominante até os dias de hoje no setor elétrico brasileiro, onde nossos recursos são bens dominados por multinacionais que visam unicamente o lucro.

Nesse período, nasceu e se fortaleceu a campanha “O preço da luz é um roubo”, que o MAB mantém até os dias de hoje. Em 2009, um fato importante: pela primeira vez, fomos reconhecidos enquanto atingidos por um presidente da República. Lula reconheceu que o Estado brasileiro tem uma dívida histórica com os atingidos por barragens, e afirmou que não terminaria seu mandato sem resolver o problema. O mandato acabou e nossos problemas permanecem, por isso, seguimos lutando.

Em outubro de 2010, um novo passo importante rumo à articu-

lação internacional dos atingidos por barragens foi dado no México: o III Encontro Internacional dos Atingidos por Barragens. O encontro reuniu mais de 300 delegados de 60 países. Ali começaram as primeiras articulações latinoamericanas rumo à construção de um movimento continental de atingidos e atingidas.

Pouco tempo depois, no dia 22 de novembro de 2010, a legitimidade da nossa luta atingiu um novo patamar. O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), órgão do governo federal brasileiro, aprovou um relatório que identificou um padrão de violações de direitos humanos no processo de implantação

Hoje, o MAB entende que toda a sociedade é atingida pelo modelo energético e refém do pagamento dos altos preços das tarifas e da privatização dos serviços.

de barragens no Brasil. Divulgado após denúncias realizadas pelo MAB, o documento foi fruto de quatro anos de estudo da comissão, e listou 16 direitos humanos sistematicamente violados na implementação de barragens.

Segundo o CDDPH, “o padrão vigente de implantação de barragens tem propiciado,

de maneira recorrente, graves violações de direitos humanos, cujas consequências acabam por acentuar as já graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual”. O fato significou um grande incentivo para nossa luta, pois confirmava o que o MAB vivenciou e denunciou desde sempre. O relatório também fortaleceu um conceito mais amplo do ser “atingido”, em sintonia com as formulações do MAB, que já entendia que são atingidos todos aqueles que sofrem modificações nas condições de vida como consequência da implantação de usinas, sejam direta ou indiretamente. Hoje, o MAB entende que toda a sociedade é atingida pelo modelo energético e refém do pagamento dos altos preços das tarifas e da privatização dos serviços. •

Anos 2010

Água e energia com Soberania, Distribuição da Riqueza e Controle Popular!

Os crimes das mineradoras e a luta em defesa da Amazônia

Historicamente ligado ao setor elétrico, a partir de 2010 o Movimento dos Atingidos por Barragens não fugiu à responsabilidade histórica e ampliou seu campo de atuação e debate. A construção de um projeto energético popular colocou, desde sua concepção, importantes desafios de articulação.

Em 2010, essas articulações se consolidaram na Plataforma Operária e Camponesa da Água e da Energia (POCAE), que reúne movimentos populares e estudantes, de trabalhadores eletricitários, petroleiros, engenheiros, atingidos por barragens e agricultores para dialogar e articular lutas rumo à construção de um Projeto Energético Popular para o Brasil.

Em 2013, o 7º Encontro Nacional do MAB, realizado em São Paulo, teve como resolução priorizar a luta dos atingidos e atingidas contra a construção

de grandes barragens na Amazônia, e portanto, dar destaque a um debate que é fundamental para o movimento até os dias de hoje: a preservação da Amazônia como instrumento de defesa da vida. No bojo dessa luta, perdemos duas companheiras do MAB, mulheres que foram assassinadas por estarem na linha de frente da defesa dos atingidos e atingidas no território amazônico: Nicinha, em Rondônia, atingida pela hidrelétrica de Jirau, e Dilma Ferreira, atingida por Tucuruí.

“A vida acima do lucro” se consolidou como uma palavra de ordem vital para entender o papel do MAB, após os terríveis crimes cometidos em Minas Gerais pela mineradora Vale: os casos de Mariana e Brumadinho. Em novembro de 2015, a ruptura da barragem de Fundão, em Mariana, matou 19 pessoas, soterrando comunidades e histórias, e

destruindo mais de 600 quilômetros da bacia do Rio Doce até o litoral do Espírito Santo.

Em 2019, enquanto a população da bacia lutava (luta até hoje) para garantir uma reparação justa, um novo crime abalou o Brasil e o mundo. Em janeiro de 2019, outra barragem da Vale rompeu de forma criminosa, novamente, dessa vez em Brumadinho, tirando a vida de 272 pessoas e destruindo a bacia do Rio Paraopeba. Em meio à dor e a revolta, o MAB esteve desde o minuto zero fortalecendo sua atuação em ambas as bacias, prestando solidariedade irrestrita às vítimas e organizando a luta das comunidades por direitos.

Ao mesmo tempo, o movimento liderou a denúncia nacional e internacional sobre o papel da empresa criminosa, e continua lutando pela reparação justa, reassentamentos e a reparação das condições de vida dos atingi-

dos e atingidas, coisas que até os dias de hoje nem os governos, a empresa e nem a justiça garantiram. Os crimes de Mariana e Brumadinho colocaram no centro do debate nacional e internacional pautas historicamente reivindicadas pelo MAB como os direitos sociais e ambientais dos atingidos e a segurança das barragens.

Em paralelo, a articulação internacional dos atingidos se fortaleceu muito ao longo da década. Em 2016 foi constituído o Movimento de Afectados por Represas en América Latina (MAR), constituído por organizações de 12 países.

Em outubro de 2017, aconteceu o maior encontro nacional da nossa história. No Rio de Janeiro, durante as comemorações do centenário da Revolução Russa, o 8º Encontro Nacional do MAB reuniu mais de

3.500 atingidos e organizações de 19 países. O evento definiu os rumos e desafios na construção do Projeto Energético Popular. Um projeto que deve garantir **“Água e energia com soberania, Distribuição da Riqueza e Controle Popular”**. Foi assim que chegamos aos primeiros 30 anos de vida do movimento, no ano de 2021. Enquanto isso, ainda sofremos as graves consequências sanitárias, econômicas e sociais da pandemia de Covid-19, amplificadas radical e propositalmente pela irresponsabilidade do governo de Jair Bolsonaro, o pior presidente da história do Brasil. Derrotar o pesadelo bolsonarista, tirar o nosso povo da miséria e da fome e reconstruir o Brasil com soberania, distribuição da riqueza e controle popular são os desafios imediatos e do futuro. •



Foto: Leandro Silva



Foto: Carol Ferraz/ Amigos da Terra Brasil



Foto: Marcelo Aguilar



Coletivo Nacional de Mulheres

Mulheres atingidas em defesa da vida!

A realidade histórica e diversos estudos provam que as mulheres são as grandes vítimas do modelo capitalista, patriarcal e machista de sociedade. A situação das mulheres atingidas tem ainda um agravante: além de sofrerem as desigualdades de classe e de gênero, precisam enfrentar as violações de direitos decorrentes das construções ou rupturas de barragens. No relatório do CDDPH (2010), é possível ler: “as mulheres são atingidas de forma

particularmente grave e encontram maiores obstáculos para a recomposição de seus meios e modos de vida (...) elas, não têm, via de regra, sido consideradas em suas especificidades e dificuldades particulares”.

No MAB, desde sempre, as mulheres tiveram um papel ativo e muito importante na construção da vida da organização em todas as regiões do Brasil. Liderando lutas, organizando as comunidades ou garantindo a orga-

nicidade das atividades, sempre estiveram presentes, e, com base nisso, a organização foi amadurecendo a necessidade da participação das mulheres também nos espaços de decisão. Assim, entre 2007 e 2010, foram realizados diversos encontros em diferentes regiões para fomentar a participação das mulheres atingidas e construir entendimentos e condições para acelerar o protagonismo feminino dentro da organização.

Neste caminho, um momento muito importante foi a realização, em abril de 2011 em Brasília, do 1º Encontro das Mulheres Atingidas por Barragens. O evento contou com a presença de 500 mulheres que debateram a situação de violência e as lutas que travam em seus territórios. Neste encontro, as mulheres do MAB foram recebidas pela então presidenta Dilma Rousseff, e apresentaram a ela uma pauta de reivindicações



Foto: Marcelo Aguilar

Comprometido na construção de um feminismo popular, o coletivo busca contribuir na luta de classes e na emancipação feminina

e a posição do MAB contrária à construção da barragem de Belo Monte que iniciava naquele período. A partir desse encontro, ficou evidente que era necessária a construção de um Coletivo Nacional de Mulheres para fortalecer a auto-organização das mulheres dentro do movimento.

Comprometido na construção de um feminismo popular, o coletivo busca contribuir na luta de classes e na emancipação feminina. As mulheres do MAB aprenderam a técnica do bordado de Arpilleras, surgida como resistência à ditadura de Pinochet no Chile (1973-1990), e a ressignificaram como uma ferramenta e metodologia popular para facilitar a auto-organização e contribuir no fortalecimento do movimento. Com o bordado, de forma lúdica, as mulheres contam suas histórias, visibilizam e denunciam as violações sofridas e os desafios da luta. Hoje, muitas mulheres lideram o movimento e conduzem a luta nas diferentes regiões do país. Porém, os desafios continuam enormes rumo à libertação feminina. As mulheres do MAB seguem firmes na luta e reafirmam que: **Mulheres, água e energia não são mercadorias!** •

Ciranda do MAB

A energia do movimento



Foto: Arquivo MAB

A ciranda infantil é um dos espaços educativos do Movimento dos Atingidos por Barragens. Surgiu para acolher as crianças atingidas por barragens enquanto seus pais e mães participavam dos afazeres políticos e organizativos que fazem parte da vida do movimento. A Ciranda é viva e pulsa em cada atividade, seja em reuniões, encontros, atos, marchas ou seminários. Ao olhar a história das populações atingidas organizadas no MAB, é possível visualizar a permanen-

te preocupação com as crianças atingidas, evidenciada desde os anos 2000 nos documentos históricos, que revelam o esforço e reflexão sobre como inseri-las nas atividades da organização.

Desde 2006, o MAB promove sua ciranda nos Encontros Nacionais, que reúnem atingidos e atingidas de todo o Brasil. Inicialmente, as primeiras cirandas infantis eram entendidas como um espaço prioritariamente de cuidado, e com essa função inicial tiveram um papel muito importante para

possibilitar a participação ativa das mulheres na organização.

No decorrer do tempo, foi se constituindo um grupo de educadores e educadoras dedicados a formar novos educadores e desenvolver um trabalho pedagógico. Um processo de formação iniciado em 2016 resultou na formação de 52 educadores com a participação ativa de 100 crianças de diferentes estados.

Com isso, a Ciranda se consolidou como um importante espaço educativo dentro do



Foto: Marcelo Aguiar

movimento, não apenas como um lugar para “deixar as crianças”, dando a elas alguma ocupação enquanto o tempo das atividades dos adultos ocorre. É um espaço com uma proposta político-pedagógica elaborada, organizada e executada por diversos educadores infantis populares. Mas, é importante dizer que não se trata apenas de um espaço preenchido por conteúdo. É também um espaço onde as crianças são protagonistas. Um espaço gostoso, lúdico, alegre e descontraído, no qual as crianças brincam, aprendem, propõem, conversam, se organizam, participam e interpretam suas realidades. **A Ciranda do MAB é a energia do movimento!** •



A CIRANDA É A SINCRONIA
DO MOVIMENTO

Coletivo LGBT



Foto: Marcelo Aguilar

Atingid@s, diversos, e em luta por direitos e uma nova sociedade

O Movimento dos Atingidos por Barragens trabalha na construção de uma nova sociedade alternativa ao capitalismo. Essa sociedade deve considerar, respeitar e valorizar todas as pessoas e suas expressões de diversidades, crenças e liberdades, assim como a diversidade sexual. A luta contra todas as formas de exploração (econômica, ideológica e social) e opressões (de gênero, de raça e étnicas/regionais) encarna essa transformação social.

O Brasil é o país que mais discrimina e mata pessoas LGBT no mundo. Acreditamos que a luta pelos direitos da população LGBT pela extinção dos preconceitos e as discriminações deve estar ligada à luta da classe trabalhadora contra os capitalistas, que são sustentados por uma estrutura patriarcal e racista. O debate e a luta são urgentes.

No MAB, as primeiras conversas que abriram a discussão



Foto: Marcelo Aguilár



Foto: Vanessa Pasos

sobre as expressões LGBT dentro do movimento começaram em 2016, e de lá para cá, abriram espaço à criação de um coletivo LGBT dentro do movimento. A primeira plenária ampliada aconteceu no 8º Encontro Nacional do MAB, em 2017, e no ano seguinte foi realizada a Primeira Reunião Nacional do Coletivo LGBT, em Belo Horizonte. Depois desta data, ocorreram diversas reuniões em diferentes estados, e a partir de 2020, por conta da pandemia de

coronavírus as coordenações se reuniram de forma virtual.

O coletivo tem construído um amplo plano de formação e consolidação para o próximo período com o objetivo de incorporar nos debates do movimento as identidades de gênero e diversidade sexual. Alguns dos principais desafios são: o aprofundamento no tema da diversidade sexual sob a ótica da classe trabalhadora e do marxismo, buscar um salto de qualidade na organicidade do coletivo para abarcar a diversidade das pessoas, discutir esse tema com toda a organização e contribuir com mais qualidade na implementação da estratégia do MAB, fortalecendo diálogos e laços que possibilitem avançar nestas questões de forma conjunta e orgânica. **Somos atingid@s, somos diversidade, na luta por justiça e por uma nova sociedade!** •





Foto: Viviana Rojas

Movimiento de Afectados por Represas en América Latina (MAR)

¡Que se levante el pueblo latinoamericano!

As iniciativas de luta e organização das populações afetadas pela construção de barragens em todo o continente americano trouxe a necessidade de criar espaços de articulação e intercâmbio de experiências. Mesmo com articulações internacionais prévias, que datam do início da década de 2000, os diálogos que deram início à construção de um movimento latinoamericano começam em 2010.

A análise das realidades e experiências nos diferentes países da América Latina permitiram ver

que as ações do capital frente ao tema da água e a energia no continente obedecem a uma política planejada de apropriação e controle dos recursos naturais estratégicos, como forma de acumulação e concentração das riquezas. Pessoas de realidades e países diferentes enfrentam ataques e estratégias similares por parte das empresas. Para resistir, então, é preciso se organizar e articular essas diferentes experiências de luta. Assim, a primeira declaração de intenções para a construção do que hoje é o Movimento de Afectados por Represas en América Latina (MAR) é de 2011 e o definia o movimento a ser construído como “um forte movimento popular de massas, latino-americano, com realidades e rostos regionais, que responda às necessidades concretas e específicas dos grupos atingidos, direta ou indiretamente, pelo modelo energético”.

Após diversos espaços de construção coletiva, e processos de formação, o MAR foi lançado ao público em setembro de 2016, em Chapecó (SC) como um movimento constituído por organizações de 12 países. Na declaração de constituição, o MAR se compromete com a construção de um Projeto Energético Popular, que tenha como eixo central o povo. Esse projeto tem como prioridade colocar a energia a serviço das necessidades reais dos países e das comunidades e não das empresas do grande capital, e busca acabar com a violação de direitos das comunidades e o empobrecimento da população por meio das tarifas de energia.

O acúmulo histórico da organização teve um momento histórico no Primeiro Encontro Continental, organizado no Panamá em setembro de 2019. Uma das decisões históricas daquele evento, no qual participaram 21

países, com representantes também da África e da Europa, foi a incorporação de organizações dos Estados Unidos e do Canadá ao MAR. Hoje, o movimento reúne 19 países das Américas. E continua sendo um movimento em construção, que avança e se constitui respeitando as diversas formas organizativas e as ricas histórias de luta e resistência ao longo de todo o continente. •



Plataforma Operária e Camponesa da Água e da Energia

Por um projeto Energético Popular para o Brasil!

A produção da energia que move um país envolve diversos setores da classe trabalhadora. Para construir um projeto Energético Popular que acompanhe a construção do Projeto Popular para o Brasil era preciso reunir e organizar esses diferentes setores, e foi com esse objetivo que nasceu em 2010 a Plataforma Operária e Camponesa da Água e da Energia (POCAE).

Nascida e desenvolvida como

uma articulação nacional, a plataforma é composta por organizações que representam trabalhadores e trabalhadoras das áreas de energia e petróleo, envolvendo categorias como a petroleira, elétrica, e reunindo engenheiros, operários das obras, atingidos por barragens, camponeses envolvidos com o tema da energia, trabalhadores e trabalhadoras da educação e organizações de juventude e estudantes.

O objetivo é construir um campo político de alianças que pense estrategicamente a questão da energia no Brasil, de forma articulada com os temas da educação, saúde e os direitos do povo brasileiro. Estudando e conhecendo a realidade energética, a plataforma constrói de forma conjunta e coletiva lutas com pontos de unidade que permitam melhorar a política energética nacional e discutir propostas para a construção da transição energética, rumo ao projeto energético popular.

Nesse sentido, a plataforma tem estimulado processos de formação política unitária com todas as categorias que a compõem, e fortalecendo um espaço que o MAB já organizava desde 2008 em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o curso de especialização em energia. Intitulado “Energia e Sociedade no

Capitalismo Contemporâneo”, o curso já formou mais de 200 especialistas, pertencentes a organizações sociais brasileiras e internacionais parceiras. Com esse conhecimento da realidade concreta, por meio da experiência histórica dos diferentes atores do setor e os sérios e aprofundados estudos, a articulação constrói as bases do Projeto Energético Popular. Essa articulação é um projeto de desenvolvimento e soberania nacional, com justa distribuição da riqueza e controle popular da energia. Portanto, as lutas que a plataforma tem travado nos últimos anos estão focadas no combate incansável contra as privatizações que estão em pauta no último período, como a da Eletrobrás e Petrobrás; e na luta contra os preços abusivos das tarifas (água e luz) e serviços elementares como gás de cozinha e combustíveis.

A Plataforma integra a Frente Brasil Popular (FBP), e como tal, desde o início da pandemia, apresentou uma série de propostas na área da energia, petróleo e alimentos que poderiam amenizar a situação do povo ao longo da grave crise social e econômica. Suas organizações também articularam diversas iniciativas de solidarie-

dade, como distribuição e venda a preço justo de gás de cozinha e distribuição de alimentos. A Plataforma continua na luta por um novo modelo energético, construído pelo povo e a serviço do povo. •



Foto: Viviana Rojas





Foto: Joka Madruga

CRAB

PREÇO DA LUZ
É UM ROUBO



BRASIL
Água e Energia não
são mercadorias